

Análise da violência doméstica contra mulher no Brasil e fatores determinantes

Analysis of domestic violence against women in Brazil and determining factors

João Paulo Lopes da Silva¹ & Maria do Socorro Trindade Morais²

¹Enfermeiro. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba – PPGSC/UFPB. João Pessoa-PB, Brasil. E-mail: jplopes_pb@hotmail.com;

²Doutorado em Educação pela UFPB. Docente do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus I, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: maria.socorro@academico.ufpb.br.

Resumo: A violência doméstica contra a mulher é considerada atualmente um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos. Este estudo tem por objetivo identificar os fatores determinantes que influenciam na violência doméstica contra mulher no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados: SciELO, LILACS e PubMed. Foram incluídos artigos publicados em português, inglês ou espanhol, encontrados na íntegra, entre os anos de 2016 e 2020, na qual tivesse como cenário de estudo o Brasil. A amostra final foi composta por doze artigos. Os estudos evidenciaram que a violência psicológica em mulheres vítimas de violência doméstica foi mais prevalente em relação a física, moral e sexual. Fatores como questões socioeconômicas, a baixa escolaridade tanto de homens, como de mulheres, alcoolismo e outras drogas foram os determinantes mais prevalentes, estando relacionados com a ocorrência de violência física e psicológica. Faz-se necessário a ampliação de debates e de intervenções que possa quebrar o silêncio de uma problemática gritante na sociedade brasileira, para que ocorra a redução dos índices de mulheres vítimas da violência doméstica no país.

Palavras-chave: Violência doméstica; Determinantes sociais; violência contra a mulher.

Abstract: Domestic violence against women is currently considered a public health problem and a violation of human rights. This study aims to identify the determining factors that influence domestic violence against women in Brazil. This is an integrative review of the literature, carried out in the databases: SciELO, LILACS and PubMed. Articles published in Portuguese, English or Spanish, found in full, between 2016 and 2020, in which Brazil was based in the study scenario. The final sample consisted of twelve articles. Studies showed that psychological violence in women victims of domestic violence was more prevalent in relation to physical, moral and sexual violence. Factors such as socioeconomic issues, low schooling of both men and women, alcoholism and other drugs were the most prevalent determinants, being related to the occurrence of physical and psychological violence. It is necessary to expand debates and interventions that can break the silence of a glaring problem in Brazilian society, so that there is a reduction in the rates of women victims of domestic violence in the country.

Keywords: Domestic violence; social determinants; violence against women.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher se caracteriza como um grave problema social e de saúde pública no Brasil e no mundo e tem alcançado números alarmantes nas últimas décadas, mesmo diante das lutas feministas frente a essa problemática (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). Estudos recentes, realizados por Martins e Teixeira (2020), Guedes et al. (2019) e sobre comportamento violento demonstram que muitos atos dessa natureza têm ocorrido em ambiente doméstico.

A Violência Doméstica Contra a Mulher (VDCM), tem sido parte da estrutura de muitas sociedades e culturas em todo o mundo, pela naturalização da desigualdade de sexo pela sociedade, que tem passado despercebida, não recebendo o nível de preocupação que merece, produzindo efeitos negativos nas construções sociais e na forma de lidar com essa problemática (GUESDES et al., 2019). Para Cerqueira et al., (2015, p.9), esse tipo de violência contra a mulher é considerado, como sendo a “mãe de todas as violências”.

No âmbito jurídico, a VCDM é um dos temas mais debatidos atualmente e não é por menos, em 2021 a violência doméstica teve um aumento significativo em consequência do isolamento social durante a pandemia da Covid 19. Segundo o relatório produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril de 2020 em 12 estados do país, comparativamente com 2019 (BRASIL, 2020; VIEIRA et al., 2020).

A violência doméstica ou familiar pode ser compreendida como um tipo de violência de gênero e se refere àquela que ocorre dentro do lar, definida como qualquer ato de agressão física, sexual ou emocional perpetrado por um indivíduo com quem se tenha ou se teve um relacionamento (FERREIRA et al., 2016; LUCENA et al., 2016). Cabe destacar que conceitualmente o termo “violência doméstica contra a mulher” engloba muitas formas de atos violentos, incluindo as formas físicas, sexual, psicológica, moral e patrimonial (ACOSTA et al., 2018).

Todos os dias agressões domésticas acontecem em todo o país independentemente da classe social, cor, raça/etnia, religião, idade ou nível de escolaridade, encontra-se disseminada em praticamente todos os seguimentos significativos da sociedade (GUESDES et al., 2019; SOUZA, 2017).

Estudo feito por Acosta et al. (2018) apontam que a maioria das situações de violência contra a mulher é praticada pelo próprio parceiro íntimo, no âmbito doméstico, o que tem contribuído para que muitos casos sejam silenciados. Ainda assim, os dados são alarmantes. Uma em cada três mulheres do planeta já foram espancadas, forçadas a terem relações sexuais ou submetidas a algum outro tipo de abuso. No entanto, os casos revelados são, principalmente, os mais graves, que requerem hospitalização ou aqueles que envolvem ameaça de morte à mulher ou à família (GUESDES et al., 2019; ILHA et al., 2010).

Em 2019, dos 3.739 homicídios de mulheres no Brasil, 1.314 (35%) foram categorizados como feminicídios. Ao analisar o aspecto vínculo com o autor, revela-se que 88,8% dos feminicídios foram praticados por companheiros ou ex-companheiros. Isso equivale a dizer que, a cada sete horas, uma mulher é morta pelo fato de ser mulher (VIEIRA et al., 2020).

No Brasil, para conter o crescimento da VCDM foi sancionada a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, o qual tem como objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, como também, punir e responsabilizar o agressor e somar esforços a outras legislações e políticas públicas na garantia as mulheres, do direito de viver uma vida sem violência (BRASIL, 2006).

Mesmo com esse marco legal que veio como instrumento de intervenção na violência doméstica contra as mulheres, após 15 anos de sua criação, ainda se faz necessário criar mecanismos e estratégias que traga maior visualização e aplicabilidade da lei que não se restrinjam majoritariamente para o caráter punitivo (após o ato de violência), mas a implementação de ações direcionadas à promoção da cultura de paz, além da capacitação dos profissionais das delegacias da mulher e dos profissionais

de saúde para uma atenção mais qualificada (NASCIMENTO et al.; 2019; MACHADO et al., 2017).

O fato da mulher em muitas situações se obrigar a calar-se diante dos abusos sofridos, estar ligado a diversos fatores como: às questões emocionais, financeiras, falta de suporte social e familiar, assim como, ao fato de estar sob o domínio de uma violência simbólica mantida pela cultura patriarcal que é alimentada pela ordem social e por políticas públicas existentes para proteção da vítima não são efetivas. As consequências dessa violência estão além de danos físicos e geram também, danos psicológicos e sociais (GUEDES et al., 2019; MACHADO et al., 2017).

Considerando que a VCDM é um fenômeno complexo e que traz impactos negativos como o aumento de desemprego, baixo nível de escolaridade, ausência de rede de apoio social, entre outros. Este trabalho tem como objetivo identificar os fatores determinantes que influenciam na violência doméstica contra mulher no Brasil.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, definida como um método de pesquisa que permite a síntese de múltiplos estudos publicados, categorizados com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o tema investigado, possibilitando a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica (MENDES et al., 2008).

Na abordagem do contexto que envolve o problema de pesquisa, foi elaborada a questão norteadora: quais os fatores determinantes que influenciam na violência doméstica contra mulher no Brasil?

Os critérios de inclusão para seleção dos artigos científicos foram: artigos completos disponíveis e publicados em português, inglês ou espanhol, com dimensão temporal dos últimos 5 anos, compreendendo entre 2016 e 2020, cujo cenário de pesquisa fosse o Brasil. A escolha desse marco temporal se deu por trazer uma abordagem mais atual da temática, considerando os impactos das diversas publicações nos últimos anos. Os critérios de exclusão eliminaram artigos repetidos, publicados fora da linha de tempo definida, que não contemplavam a linguagem definida ou que não possuíam relação direta com o tema do abordado.

A coleta de dados ocorreu no período de abril a maio de 2022, através das bases de dados, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (PUBMED/MEDLINE), aplicando os Descritores em Ciências da Saúde (DECS): “violência doméstica”; “mulheres” “violência contra a mulher”, em português e, também, em inglês, de acordo com a particularidade de acordo com cada base de dados, utilizando os operadores booleanos “AND” e “OR”.

O levantamento bibliográfico foi feito por meio de produções científicas que abordaram o tema violência doméstica e determinantes sociais em saúde. A busca de dados seguiu os procedimentos de leitura de títulos, resumos e artigos completos, para identificar se eles contemplavam a questão norteadora deste estudo. O processo de amostragem dos dados resultou em um total

245 publicações, das quais 12 foram selecionadas para compor a amostra da revisão.

Os artigos selecionados com base nos critérios de elegibilidade foram lidos na íntegra e para viabilizar a análise das publicações selecionadas, foi utilizado um formulário de coleta de dados elaborado pelos pesquisadores, contemplando os seguintes itens: autor, ano, título, objetivo, método, periódico, local de estudo e determinantes sociais de saúde.

Os dados extraídos dos estudos foram analisados, interpretados, sumarizados em quadros e apresentados de forma descritiva para uma melhor compreensão do estudo.

3 RESULTADOS

Na presente revisão integrativa foram analisados 12 artigos que atenderam aos critérios de inclusão, conforme aborda Quadro 1. Os artigos publicados foram encontrados nas bases de dados SciELO, LILACS e PUBMED/MEDLINE. Dos 12 artigos selecionados, observou-se que a média de publicação no período temporal adotado foi de dois a cinco artigos por ano, sendo que, em 2016, foram publicados cinco (41%) artigos. Ressalta-se que, no ano de 2017, não foi encontrada nenhuma publicação que atendesse aos critérios deste estudo.

Quadro 1. Artigos selecionados para a análise da revisão integrativa.

| AUTOR/ANO | TÍTULO | OBJETIVO | MÉTODO | PERIÓDICO | LOCAL DE ESTUDO |
|--------------------------|---|---|---|--------------------------------|----------------------|
| MASCARENHAS et al., 2020 | Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017 | Analisar as notificações de violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres | Estudo Transversal | Revista Bras. de Epidemiologia | SINAN |
| SANTOS et al., 2020 | Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção Primária | Estimar a prevalência e os fatores associados à violência praticada por parceiro íntimo, ao longo da vida, entre as usuárias da Atenção Primária | Estudo transversal | Ciência & Saúde Coletiva | Espírito Santo |
| BOTH et al., 2019 | Ciclo de violência em mulheres vítimas de violência doméstica: análise qualitativa da entrevista OPD 2 | Aprofundar a compreensão da psicodinâmica da mulher no ciclo da violência levando em consideração os aspectos do trauma psicológico | Estudo transversal | Brain and Behavior | Rio Grande do SUL-RS |
| LEITE et al., 2019 | Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária | Verificar associação entre a história de violência contra a mulher e características sociodemográficas e comportamentais do parceiro íntimo | Estudo Transversal | Revista Bras. de Epidemiologia | Espírito Santo |
| OLIVEIRA et al., 2019 | Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia - Brasil | Investigar o perfil da vítima e as características da violência contra a mulher no estado de Rondônia no período de 2007 a 2015 | Estudo ecológico, descritivo, de abordagem quantitativa | Revista Cuidarte | Porto Velho-RO |
| GUIMARÃES et al., 2018 | Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. | Investigar qual o impacto na autoestima de mulheres vítimas de violência | Estudo Qualitativo | Revista Cuidarte | Campina Grande-PB |
| ROSA et al., 2018 | Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados | Investigar a prevalência e os fatores associados à violência contra a mulher, provocada por parceiro íntimo, a partir de entrevistas de usuárias da APS em um | Estudo Transversal | Saúde em Debate | Belo Horizonte |

| | | | | | |
|-----------------------|--|---|--|--|---|
| | | município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais | | | |
| AMARAL et al., 2016 | Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção | Conhecer as diferenças antes e após a criação da Lei Maria da Penha (LMP) nas agressões sofridas pelas mulheres que foram atendidas na Unidade de Proteção Especial do Estado do Ceará | Estudo seccional, exploratório-descritivo e documental. | Revista Estudos Feministas | Ceará |
| ANDRADE et al., 2016 | Indicadores da violência contra a mulher provenientes das notificações dos serviços de saúde de Minas Gerais-Brasil | Analisar os casos notificados de violências contra a mulher adulta no Estado de Minas Gerais, Brasil, por meio do SINAN | Estudo retrospectivo de base territorial | Texto Contexto Enferm | Minas Gerais-MG |
| FERREIRA et al., 2016 | Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual | Conhecer as características sociodemográficas e de saúde das mulheres vítimas de violência que estão/estiveram sob a tutela protetora do Estado antes e após a Lei Maria da Penha e a assistência à saúde ofertada a elas | Estudo seccional, exploratório-descritivo, documental, de caráter quanti-qualitativo | Ciência & Saúde Coletiva | Ceará |
| GARCIA et al., 2016 | Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência | Analisar os fatores associados ao atendimento por violência doméstica e familiar entre vítimas de acidentes e violências atendidas em serviços de urgência e emergência, participantes do inquérito que compõe o VIVA, realizado em 2011. | Estudo de casos e controles | Cad. Saúde Pública | Brasil (Realizados em todos os Estados) |
| GATTEGNO et al., 2016 | A relação entre a Lei Maria da Penha e a violência praticada por parceiro íntimo em dois estados brasileiros | Examinar a relação entre a Lei Maria da Penha e a perpetração masculina de VCM, comparando a prevalência relatada de VPI antes e depois da promulgação da lei. | Estudo retrospectivo | International Journal for Equity in Health | São Paulo/Pernambuco |

Fonte: Dados de Pesquisa em base de dados, 2022.

Ao analisar a abordagem metodológica, identificou-se diferentes abordagens, com prevalência para estudos transversais (42%), Estudos seccionais e retrospectivos com 17% cada um, sendo os estudos caso controle, ecológico e qualitativo, correspondente a 8% cada um. As fontes de publicação foram variadas totalizando 09 periódicos, dentre os quais destacamos periódicos da área de saúde coletiva/saúde pública/epidemiologia que

colaboraram com 50% das publicações, 25% da área da Enfermagem, periódicos de caráter multidisciplinar 17% e da área do feminismo com 8%.

No que se refere aos locais onde os estudos foram realizados, observou-se que prevalência de estudos realizados na Região Sudeste (38%), seguido da Região Nordeste (31%). Nesse estudo, o perfil de violência doméstica no Brasil centrou-se na violência psicológica

como a mais prevalente nas mulheres, correlacionado na maioria das vezes, com a violência física (SANTOS et al., 2020; BOTH et al., 2019; ROSA et al., 2018; AMARAL et al., GARCIA et al., 2016). A violência sexual, apesar de não ter sido destaque nos estudos, tem apresentado um crescimento acentuado nos últimos anos. Destaca-se que houve também, relatos de violência de cunho moral (AMARAL et al., 2016).

4 DISCUSSÃO

A análise dos estudos que compuseram a amostra da revisão possibilitou identificar as evidências científicas a respeito dos determinantes sociais de saúde que influenciam na violência doméstica contra a mulher no Brasil. Nos últimos anos, a VDMC tem estado em evidência nas publicações acadêmicas e na mídia. Muitos estudos têm abordado a prevalência dos tipos de violência contra a mulher e, sobretudo, a violência doméstica, até então mascarada pela sociedade, tem tido a visibilidade tão aparente (GARCIA et al., 2016; RAMALHO et al., 2017).

Historicamente, a mulher sempre teve um papel conservador, sendo a inocência, a pureza, e a castidade, comportamentos considerados adequados e destinados ao público feminino. De acordo com Gomes et al. (2016), o ambiente doméstico é um terreno fértil para a violência, por ser um local privado com pouca interferência de outras pessoas. A mulher é uma das principais vítimas desse tipo de violência, considerando o modelo social discriminatório e sexista, pautado na cultura patriarcal e androcêntrica que ainda se perpetuam, colocando mulher em estado vulnerável dentro das relações sociais.

Estudo feito por Rodrigues et al. (2017), apontou um aumento considerável nas taxas de violência doméstica nas

mulheres entre 2009 a 2014, tendo prevalência principalmente, no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A maioria dos episódios violentos foram relacionados ao uso abusivo de álcool, uso de drogas ilícitas e acesso a armas. O fenômeno da violência contra a mulher está intrinsecamente ligado ao modelo patriarcal de educação vigente no Brasil, em que as mulheres estão numa relação de dominação e submissão aos homens (SANTOS et al., 2020; GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Oliveira et al. (2019), conduziram uma pesquisa nas regiões do Estado de Rondônia e mostrou que as agressões sofridas pelas mulheres eram múltiplas e ocorriam simultaneamente mais de um tipo. A região Madeira-Mamoré apresentou maior prevalência. Foi evidenciado que os casos de violências físicas, a força corporal/ espancamento é o meio mais comum utilizado pelo agressor, já na violência sexual, o estupro é a forma predominante.

Ainda foi mencionado que a violência psicológica teve pouco destaque, porém, o autor descreve que essa violência foi pouco mencionada, por ocorrer em ambiente doméstico e algumas dessas mulheres terem medo de denunciar (OLIVEIRA et al., 2019). Esse tipo de violência causa prejuízo a longo prazo e mantém a mulher em uma espécie de cárcere mental, refém do medo de seu agressor, impedindo-a de denunciar ou dar um basta nas agressões (ROSA et al., 2018).

Os artigos selecionados para esse estudo, permitiram elencar nove determinantes que são preponderantes na vulnerabilidade das mulheres vítimas de violência doméstica, conforme descrito no quadro 2.

Quadro 2: Fatores determinantes associados a violência doméstica.

| | |
|---|--|
| ✚ | Baixo nível educacional de homens e mulheres |
| ✚ | Condições econômica da vítima |
| ✚ | Uso de álcool ou drogas pelo parceiro |
| ✚ | Desemprego |
| ✚ | Cultura |
| ✚ | Antecedentes familiares de atos violentos |
| ✚ | Baixo suporte social ofertado a mulher |
| ✚ | Dependência emocional em relação ao agressor |
| ✚ | Insegurança habitacional e alimentar |

Fonte: Dados de pesquisa em base de dados, 2022.

Dentro dessa análise, alguns autores (MASCARENHAS et al., 2020; AMARAL et al., 2016; MOURA et al., 2014), referem que alguns fatores podem favorecer o ambiente de violência como nível de escolaridade baixa, visto que mulheres mais instruídas costumam ter menor flexibilidade e paciência para suportar situações de violência, além de serem frequentemente independentes economicamente de seus parceiros. Já as mulheres com baixa escolaridade são dependentes e acabam silenciando-se diante da violência sofrida frente ao medo de agressor ou de não conseguirem se sustentar sozinhas (FARIAS; MARIANO, 2020; OLIVERA et al., 2019; GATTERGNO et al., 2016; LOIOLA et al., 2015).

O estudo feito por Rosa et al. (2018) descreveu que a violência psicológica foi mais prevalente entre todas as formas de violência (42,8%), achado bastante concordante

com os resultados anteriores compartilhados pelos autores. A questão da renda e baixa escolaridade também, foi um fator bastante prevalente que seria um indutor de violência. Outro aspecto importante evidenciado na pesquisa foi a dificuldade da vítima de agressão em buscar ajuda, muitas alegam vergonha, medo ou dificuldade para se expor (SANTOS et al., 2020).

É importante acrescentar que embora exista a Lei Maria da Penha que trate da proteção da violência as mulheres vítimas de violência, ainda não existe uma efetividade na aplicação dessa lei (GATTEGNO et al., 2016). O sistema ainda é falho. Falta diretrizes municipais para o enfrentamento desse problemática. Outra questão também, é escassez de delegacias da mulher nos municípios, considerando que o modelo de delegacias vigentes é composto em sua maioria por homens e que não

possuem formação para atuar no caso (SOUZA, CORTEZ, 2014).

Leite et al. (2019) no seu estudo na Atenção Primária no Estado do Espírito Santo, faz uma análise das questões sociodemográficas e comportamentais do parceiro íntimo associado a história de violência contra a mulher, na qual observou-se que as mulheres pertencentes as classes menos favorecidas estariam mais expostas a uma maior vulnerabilidade.

Fatores como baixo nível de instrução do parceiro e a pobreza familiar foi outra situação apontado que pode predizer a sua ocorrência. Homens que faziam ingestão de bebida alcoólica foram considerados controladores e estiveram associados a maior perpetração de violência psicológica e física, enquanto a violência sexual foi significativamente maior entre as mulheres cujos parceiros fumavam (MASCARENHAS et al. 2020; LEITE et al., 2019; ROSA et al., 2018; GARCIA et al., 2016; AMARAL et al., 2016).

Quanto ao agressor mais comum da mulher, o parceiro íntimo foi prevalente, seguido de apontamentos sobre a existência praticada por filhos, netos e pais/padristos também, apresenta uma ocorrência significativa, o que corrobora com estudos feitos por Signorelli et al. (2013) e aprofundado por Arboit et al. (2018), que evidenciaram esse contexto em suas pesquisas, apontando a necessidade de investigação sobre esta ocorrência.

Estudo realizado em Campina Grande-PB (GUIMARÃES et al., 2018), trouxe como abordagem central a violência psicológica sofrida pela mulher vítima de violência doméstica, e apontou como provável agressor um familiar, um cônjuge ou um parceiro íntimo.

Esse contexto de violência doméstica, sugere que a violência se encontra oculta nos lares brasileiros, no ambiente que mais deveria passar segurança e conforto, o medo e a violência se fazem presentes, são a voz dominante e suas ações trazem marcas e consequências que desestruturam todo o seio familiar, nem sempre a mulher tem a coragem de denunciar a agressão, muitas vezes não o faz por medo, por vergonha, para não se expor, já que a figura masculina é culturalmente dominante em uma sociedade predominantemente machista, onde é natural a imposição do homem (ARAÚJO et al., 2021).

Quando não agredidas fisicamente ou psicologicamente, as mulheres são violentadas moralmente com palavras depreciativas a respeito de sua autoimagem, o que tem causado baixa autoestima, causando quadros depressivos nas mulheres (GUIMARÃES et al., 2018).

Dentro desse contexto, a mulher vítima de violência doméstica passa por uma variedade de sentimentos e recorre ao isolamento, como uma forma de se guardar e evitar agressões maiores (COSTA et al., 2018). Além disso, sentem-se culpadas por expor seus filhos a situações de violência, nas quais podem ter repercussões transgeracionais ao promover um modelo parental que está sendo repetido por eles e será repetido por seus filhos. Porém, em diferentes etapas do ciclo da violência, algumas mulheres conseguem encontrar forças para buscar ajuda (BOTH et al., 2019).

Aponta-se que a VDCM afeta direta e negativamente a qualidade de vida das mulheres vitimizadas nos mais

diversos aspectos, produzindo marcas no corpo e na alma, implicando em repercussões negativas para a vida dessas mulheres. Ressalta-se que no Brasil, a VDCM ainda é subnotificada nos serviços de saúde (ANDRADE et al., 2016).

A violência contra a mulher devido ao seu caráter multifacetado deve ser objeto de estudo de todas as áreas, bem como, seu debate deve unir as diversas áreas de conhecimento, integrando diversos serviços, a ponto de agregar valores e saberes para o enfrentamento a esta problemática (ARAÚJO et al. 2021).

5 CONCLUSÃO

A violência doméstica contra a mulher se caracteriza como um importante agravo para a saúde pública ao destacar-se por sua complexidade e multicausalidade. Os determinantes que impactam e influenciam as várias formas de violência na vida das mulheres foram relacionados maior parte as questões socioeconômicas, a baixa escolaridade tanto de homens, como de mulheres. O uso de álcool e drogas esteve relacionado com a ocorrência de violência física e psicológica. O estudo ainda trouxe que fatores comportamentais ou de experiência de vida e pessoal podem tornar a mulher mais vulnerável à violência doméstica.

Espera-se que os resultados expressos nesse estudo possam servir de reflexão sobre a realidade da violência doméstica no Brasil e contribua na ampliação de debates e de possíveis intervenções que possa vir quebrar o silêncio de uma problemática gritante na sociedade brasileira. É necessário o desenvolvimento de ações e políticas públicas mais efetivas que possa dar visibilidade a esse fenômeno e reduzir os índices de mulheres vítimas da violência doméstica no país.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. O.; OLIVEIRA, D. C.; MARQUES, S. C.; FONSECA, A. D. Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. **Rev. Gaúcha Enferm.** v. 39, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.61308>. Acesso em: 14 abr. 2022.

AMARAL, L. B. M.; VASCONCELOS, T. B.; SÁ, F. E.; SILVA, A. S. R.; MACENA, R. H. M. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. **Rev. Estud. Fem.** v. 24, n. 2, p. 521-540, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p521>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ANDRADE, J. O.; CASTRO, S. S.; HEITOR, S. F.; ANDRADE, W. P.; ATIHE, C. C. Indicadores da violência contra a mulher provenientes das notificações dos serviços de saúde de Minas Gerais-Brasil. **Texto Contexto Enferm.** v. 25, n. 3, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002880015>. Acesso em : 18 abr. 2022.

ARAÚJO, S. M. C.; RABELLO, P. M.; SORIANO, E. P.; MOREIRA, M. H. B. A.; BENTO, I. M. C. Violência contra a mulher: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**. v. 10, n. 14, 2021.

ARBOIT, J.; COSTA, M. C.; SILVA, E. B.; COLOMÉ, I. C. S. Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde Soc**. v.27, n.2, p.506-517, 2018.

BOTH, L. M.; FAVARETTO, T. C.; FREITAS, L. H. M. Cycle of violence in women victims of domestic violence: Qualitative analysis of OPD 2 interview. **Brain and Behavior**. v. 9, n. 11, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31588692/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Lei Maria da Penha. **Lei n. 11.340/2006**. Cofbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL. Boletim-Senado. **Mulheres e seus Temas Emergentes. Violência doméstica em tempos de COVID-19**. abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/violencia-domestica-em-tempos-decovid-19>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. M.; MARTINS, A. P. A.; PINTO JUNIOR, J. **Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha. Texto para discussão 2048**. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, p. 1-36, mar. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2048k.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2022.

COSTA, L.; LORDES, R. G.; FRAGA, D.; SANTANA, N. M. T.; BUBACH, S.; LEITE, F. M. C. Estratégias de enfrentamento adotadas por mulheres vítimas de violência. **Rev. Enferm. UERJ**. v. 26, p. 1-7, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2018.19334>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FARIAS, R. C. F.; MARIANO, N. F. Violência doméstica entre graduandas de medicina. **Braz. J. Hea. Rev.** v.3, n. 5, p. 15173-15188, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/18752/15095>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FERREIRA, R. M.; VASCONCELOS, T. B.; MOREIRA FILHO, R. E.; MACENA, R. H. M. Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 21, n.12, p. 3937-3946, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.09092015>. Acesso em: 14 mai. 2022.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. C.; FREITAS, L. R. S.; SILVA, G. D. M. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. **Cad. Saúde Pública**. v.32, n.4, p. 1-11, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/0102-311X00011415>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GATTEGNO, M. V.; WILKINS, J. D.; EVANS, D. P. The relationship between the Maria da Penha Law and intimate partner violence in two Brazilian states. **International Journal for Equity in Health**. v. 15, v. 138, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://equityhealthj.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-016-0428-3>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GOMES, V. R.; LIMA, V. L. A.; SILVA, A. F.; SILVA, A. V. PAIXÃO, V. A. P. Homicídio de mulheres vítimas de violência doméstica: revisão integrativa. **R. Enferm. Cent. O. Min**. v. 6, n. 3, p. 2439-2445, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.19175/recom.v6i3.1488>. Acesso em: 14 abr. 2014.

GUEDES, K. P.; SOUZA JUNIOR, C. V. N.; CUNHA, G. H. M. Determinantes da violência doméstica contra a mulher. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. v.17, n. 1, p. 1-11, 2019.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**. v. 27, n. 2, p. 256-266, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GUIMARÃES, R. C. S.; SOARES, M. C. S.; SANTOS, R. C.; MOURA, J. P.; FREIRE, T. V.; DIAS, M. D. Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande-Brasil. **Rev CuidArte**. v.9, n.1, p. 1988-1997, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15649/cuidarte.v9i1.438>. Acesso em: 17 abr. 2022.

ILHA, M. M.; LEAL, S. M. C.; SOARES, J. S. F. Women interned due to aggression at na emergency hospital: (in)visibility of violence. **Rev Gaúcha Enferm**. v. 31, n. 2, p. 328-334, 2010. Disponível em: 10.1590/s1983-14472010000200018. Acesso em: 10 abr. 2022.

LEITE, F. M. C.; LUIS, M. A.; AMORIM, M. H. C.; MACIEL, E. L. N.; GIGANTE, D. P. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Rev. Bras. Epidemiol**. v. 22, p. 1-14. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190056>. Acesso em 17 abr. 2022.

LOIOLA, A. A.; AMATE, E. M.; HOEFEL, M. G. L.; CARNEIRO, F. F. Determinantes sociais da violência na saúde de populações da América Latina. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. v. 6, n. 2, p. 1786-1804, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/3024>. Acesso em: 04 mai. 2022.

LUCENA, K. D. T.; DEININGER, L. S. C.; COELHO, H. F. C.; MONTEIRO, A. C. C.; VIANNA, R. P. T.; NASCIMENTO, J. A. Análise do ciclo da violência

doméstica contra a mulher. **J. Hum. Growth Dev.** v.26, n.2, p. 139-146, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n2/pt_03.pdf. Acesso em: 01 mai. 2022.

MACHADO, M. E. S.; RODRIGUES, L. S. A.; FERNANDES, E. T. B. S.; SILVA, J. M.; SILVA, D. O.; OLIVEIRA, J. F. Percepção de profissionais de saúde sobre violência contra a mulher: estudo descritivo. **Online Braz. J. Nursing.** v. 16, n. 1, p. 209-217, 2017. Disponível em: http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5596/pdf_2. Acesso em 18 abr. 2022.

MARTINS, J. C.; TEIXEIRA, E. C. Determinantes da violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico. Pesquisa e Planejamento Econômico.** v. 50, n.2, p. 137-168, 2020.

MASCARENHAS, M. D. M.; TOMAZ, G. R.; MENEZES, G. M. S.; RODRIGUES, M. T. P.; PEREIRA, V. O. M.; CORASSA, R. B. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011–2017. **Rev. Bras. Epidemiol.** v. 23, supl.1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto Enferm.** v. 17, n. 4, p. 754-764, 2008.

MOURA, T. C.; NASCIMENTO PAIXÃO, G. P.; SILVA FILHO, C. C.; SILVA CARVALHO, M. R.; OLIVEIRA, K. A.; SALGADO, M. A.; ANDRADE, M. S. Violência contra mulher: conhecendo aspectos do perfil das notificações do município de Senhor do Bonfim-Bahia. **Ciência & Desenvolv.** v. 7, n. 1, p. 156-170, 2014.

NASCIMENTO, V. F.; ROSA, T. F. L.; TERÇAS, A. C. P.; HATTORI, T. Y.; NASCIMENTO, V. F. Desafios no atendimento à casos de violência doméstica contra a mulher em um município Matogrossense. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR.** v. 23, n.1, p. 15-22, 2019. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6625/3725>. Acesso em: 18 abr. 2022.

OLIVEIRA, C. A. B.; ALENCAR, L. N.; CARDENA, R. R.; MOREIRA, K. F. A.; PEREIRA, P. P. S.; FERNANDES, D. E. R. Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia - Brasil. **Rev. CuidArte.** v. 10, n. 1, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15649/cuidarte.v10i1.573>. Acesso em: 14 abr. 2022.

RAMALHO, N. M. G.; FERREIRA, J. D. L.; LIMA, C. L. J.; FERREIRA, T. M. C.; SOUTO, S. L. U.; MACIEL, G. M. C. Violência doméstica contra a mulher gestante. **Rev. Enferm. UFPE on line.** v.11, n. 12, p. 4999-5008, 2017.

Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i12a22279p4999-5008-2017>. Acesso em: 14 abr. 2022.

RODRIGUES, N. C. P.; O'DWYER, G; ANDRADE, M. K. N.; FLYNN, M. B.; MONTEIRO, D. L. M.; LINO, V. T. S. The increase in domestic violence in Brazil from 2009-2014. **Ciênc. Saúde Colet.** v. 22, n. 9, p. 2873-2880, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.09902016>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ROSA, D. O. A.; RAMOS, R. C. S.; GOMES, T. M. V.; MELO, E. M.; MELO, V. H. Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. **Saúde Debate.** v. 42, n. 4, p. 67-80, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S405>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SANTOS, I. B.; LEITE, F. M. C.; AMORIM, M. H. C.; MACIEL, P. M. A.; GIGANTE, D. P. Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção Primária. **Ciência & Saúde Coletiva.** v. 25, n. 5, p. 1935-1946, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.19752018>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas.** v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SIGNORELLI, M. C.; AUAD, D.; PEREIRA, P. P. G. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na Atenção Primária à Saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil. **Cad. Saúde Pública.** v.29, n.6, p.1230-1240, 2013.

SOUZA, L.; CORTEZ, M. B. A Delegacia da Mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Rev. Adm. Pública.** v. 48, n.3, p. 621-639, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121141>. Acesso em: 17 abr. 2022.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Rev. Bras. Epidemiol.** v.23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022